

RECENSÕES

mente das ciências da cognição, obtemos uma nova visão acerca dos problemas tradicionais da filosofia. Neste caso, uma nova visão acerca do livre arbítrio.

Sofia Miguens
Departamento de Filosofia
Faculdade de Letras, Universidade do Porto
Via Panorâmica s/n, 4150 Porto
smiguens@letras.up.pt

***Sorting Out Ethics*, de R. M. Hare.** Oxford: Clarendon Press, 1997. 202 pp., £15

R. M. Hare (1919-2002) destacou-se na ética filosófica não só pela apresentação de argumentos ousados e originais, mas também por ter contribuído para esta área com uma das teorias morais mais abrangentes e sistemáticas que emergiram na tradição analítica. Ao longo de meio século Hare desenvolveu a sua teoria em vários livros e muitas dezenas de artigos, destacando-se na sua extensa bibliografia a trilogia constituída por *The Language of Morals* (1952), *Freedom and Reason* (1963) e *Moral Thinking* (1981). Não há um tópico maior de ética filosófica que tenha escapado ao escrutínio de Hare. Apesar de ter privilegiado inicialmente o estudo metaético do significado dos juízos morais, domínio em que o seu «prescritivismo universal» se impôs como uma referência incontornável, não o fez por considerar, à maneira dos positivistas lógicos, que as questões morais substantivas caem fora do âmbito da investigação filosófica. Na verdade, as suas conclusões metaéticas levaram-no a defender, no âmbito da ética normativa, uma versão sofisticada de utilitarismo que se caracteriza em parte pela tese segundo a qual agir acertadamente é maximizar a satisfação de preferências. E foi a partir de tal perspectiva utilitarista que, no domínio da ética aplicada, Hare contribuiu significativamente para elucidar questões morais práticas como as suscitadas pelo aborto, a guerra, a educação, a distribuição de recursos, o tratamento dos animais e até o planeamento urbanístico.

Sorting Out Ethics não acrescenta qualquer grande novidade a obras anteriores, mas proporciona uma exposição inexcelsivamente clara e depurada dos aspectos fundamentais do pensamento de Hare. O livro tem a estrutura de um tríptico cujo grande painel central resulta das

Axel Hägerström Lectures, um conjunto de conferências proferidas na Suécia em 1991 e baseadas por sua vez em material usado nas aulas ao longo de vários anos. Hare pretendia desenvolver todo o livro a partir das conferências e de outros artigos apropriadamente revistos, mas os sérios problemas de saúde que o deixaram bastante incapacitado forçaram-no a rever os planos — mais precisamente a incluir os artigos que encontramos na primeira e terceira partes de *Sorting Out Ethics*, dois deles já publicados noutras ocasiões. Começemos por ver o que contém estes painéis laterais.

Os dois capítulos da primeira parte, «The Enterprise of Moral Philosophy», consistem em grande medida na defesa da maneira de fazer ética filosófica que Hare sempre advogou. No domínio da ética a grande maioria dos filósofos não hesita em atribuir um papel importante às intuições morais na avaliação dos princípios morais substantivos. Um procedimento típico é o seguinte: concebe-se uma ou várias situações hipotéticas, que podem ser incrivelmente fantasiosas, e apela-se às nossas intuições morais relativas a essas situações; procura-se depois mostrar que um certo princípio deve ser rejeitado por não acomodar tais intuições — ou que deve ser aceite porque consegue acomodá-las melhor do que princípios alternativos. Este tipo de procedimento enquadra-se frequentemente no ideal do «equilíbrio recíproco». Os filósofos que subscrevem este ideal, aceitando uma visão coerentista da ética, procuram gerar um acordo entre princípios e intuições morais, atribuindo assim a estas últimas um papel probatório. Hare considera inaceitável esta maneira de fazer teoria moral porque julga que as nossas intuições, sendo o resultado da educação num ambiente cultural contingente, não são suficientemente fiáveis para desempenhar tal papel. Como devemos então proceder? A função da ética filosófica, salienta Hare, é ajudar-nos a resolver problemas morais práticos. Ora, para resolver esses problemas precisamos de compreender a linguagem em que são formulados — precisamos, mais precisamente, de estudar as propriedades lógicas de termos morais como «certo», «errado» ou «dever». Identificando tais propriedades, acrescenta Hare, podemos descobrir os cânones correctos do raciocínio moral e ficar assim em condições de distinguir as intuições que devemos preservar das que são preconceitos indefensáveis, os bons dos maus argumentos num qualquer debate ético sobre uma questão prática. Esta é, nos traços mais gerais, a perspectiva fundacionalista sobre a natureza da ética filosófica que Hare apresenta e refina nos dois primeiros capítulos de *Sorting Out*

Ethics. O seu objectivo central é deixar claro que o estudo conceptual da ética tem a maior relevância prática.

A terceira parte do livro é constituída por um único capítulo, «Could Kant have been a Utilitarian?». A pergunta de Hare é surpreendente. Afinal, como atestam muitas introduções fiáveis à ética, é suposto que Kant e os utilitaristas permaneçam em pólos opostos da ética filosófica — enquanto os segundos são consequencialistas e, portanto, defendem que o estatuto moral de um acto é determinado unicamente pelas suas consequências, a ética kantiana cai do lado da deontologia. Hare reconhece que Kant efectivamente não foi um utilitarista, mas acrescenta que poderia ter sido no seguinte sentido: a *teoria* kantiana, tal como se exprime nas diversas fórmulas do Imperativo Categórico, é inteiramente compatível com o utilitarismo, verificando-se o mesmo com vários argumentos que Kant usa em alguns dos seus exemplos. É verdade que certos juízos morais práticos de Kant, como os relativos à mentira, à pena de morte e ao suicídio, são irreconciliáveis com o utilitarismo — mas estes juízos não são logicamente sancionados pelo Imperativo Categórico, e devem ser entendidos como um simples resultado de uma educação rigorista. Fazendo um estudo exegético sério e filosoficamente oportuno, Hare procura assim mostrar que os deontologistas têm pouco a ganhar quando «usurpam» a autoridade de Kant.

Mas avancemos para as Axel Hägerström Lectures, que constituem a segunda parte do livro, estendendo-se do terceiro ao sétimo capítulo. Hare apresenta nestes capítulos uma taxonomia das teorias éticas acompanhada pela avaliação de cada um dos tipos de teoria identificados. Tanto a taxonomia como a lista dos critérios utilizados na avaliação das teorias surgem esquematizados imediatamente antes do terceiro capítulo.

Nesse capítulo, depois de esclarecer que está interessado em «teorias éticas» no sentido muito restrito de teorias metaéticas sobre o significado e as propriedades lógicas dos termos morais, Hare introduz e discute a divisão fundamental da sua taxonomia. Defende que para localizarmos a disputa relevante, em vez de distinguirmos teorias realistas de anti-realistas ou cognitivistas de não-cognitivistas, devemos distinguir o descritivismo do não-descritivismo. A posição descritivista, que Hare rejeita, é apresentada nestes termos: o significado das asserções morais é inteiramente determinado pela sintaxe e pelas suas condições de verdade. O descritivista julga assim que, se as condições de verdade de uma asserção moral mudam, o seu significado como um

todo tem de mudar. O não-descritivista, embora possa pensar, como Hare, que as asserções morais têm condições de verdade, sustenta que uma tal asserção pode preservar o seu significado valorativo ao mesmo que tempo que muda todo o seu significado descritivo, fixado pelas condições de verdade.

A avaliação do descritivismo decorre no quarto e quinto capítulos. Hare começa por distinguir as duas espécies de teoria descritivista: o naturalismo e o intuicionismo. De acordo com as teorias naturalistas, as condições de verdade que determinam o significado das asserções morais correspondem a propriedades *naturais* que as coisas a que tais asserções dizem respeito (pessoas, acções, etc.) possuem. As teorias intuicionistas, pelo contrário, concebem as condições de verdade em termos de propriedades *sui generis*. Assim, enquanto que para o naturalista se pode especificar as condições de verdade das asserções morais sem usar quaisquer termos morais, o intuicionista sustenta que para indicar as condições de verdade de tais asserções temos de usar termos especificamente morais. Hare introduz outra divisão na sua taxonomia distinguindo duas variedades de naturalismo: o naturalismo objectivista, por oposição ao subjectivista, especifica as condições de verdade sem apelar às atitudes dos que fazem as asserções ou da sociedade em que estes se situam. Um dos objectivos de Hare é mostrar que há semelhanças muito fortes entre esta segunda variedade de naturalismo e o intuicionismo.

A discussão de todas estas formas de descritivismo, consideravelmente ampla e detalhada, visa sobretudo estabelecer a seguinte conclusão: o descritivismo cai no relativismo. Esta conclusão é surpreendente porque, como Hare observa, muitos dos que subscrevem o descritivismo fazem-no para evitar o relativismo e assegurar a objectividade da ética. O argumento de Hare percebe-se mais facilmente quando o alvo é o naturalismo. Considere-se o termo «errado». Há termos aproximadamente equivalentes na maior parte das línguas, mas as culturas em que se usam esses termos consideram erradas coisas bastantes diferentes. Por exemplo, numa cultura pode considerar-se errado combater pelo próprio país, mas noutra cultura pode considerar-se errado não combater pelo próprio país. Embora as pessoas destas culturas tenham opiniões diferentes quanto à moralidade de combater, usam o termo «errado» ou um termo equivalente no mesmo sentido — caso contrário não estariam a contradizer-se. Mas o naturalismo não nos conduz a este resultado, pois à luz desta perspectiva temos de dizer que a palavra é usada nas duas culturas em sentidos completamente diferentes, e por

isso não se regista qualquer contradição: combater pode ser errado no sentido que o termo tem numa cultura, mas não ser errado no sentido que o termo tem na outra cultura. Se estivéssemos apenas a *descrever* o acto de combater, declara Hare, isto não seria grave, mas o termo «errado» serve para *condenar* actos. Deste modo, o naturalista tem de concluir que tanto é eticamente acertado uma cultura condenar o acto de combater como a outra cultura não condenar esse mesmo acto — e chega assim a uma posição relativista. Hare, além de lidar com várias objecções a este argumento, estende-o ao descritivismo em geral, destaca dificuldades específicas que a perspectiva intuicionista enfrenta e propõe uma refutação do próprio relativismo.

O sexto capítulo conduz-nos às teorias não-descritivistas. A primeira parte do capítulo é dedicada a uma discussão do emotivismo — a teoria segundo a qual fazer uma asserção moral é apenas *expressar* uma atitude pessoal relativamente a um certo objecto. O emotivismo surge na taxonomia proposta como a tese de que as asserções morais não são governadas pela lógica. A refutação desta tese «irracionalista» ocupa Hare até à segunda parte do capítulo. Nesse ponto faz o balanço dos resultados alcançados e acaba por sugerir os seguintes seis requisitos para uma teoria ética adequada: 1) *neutralidade*: uma teoria ética tem de poder ser aceite por ambas as partes envolvidas numa controvérsia moral, o que significa que não se podem introduzir na própria teoria opiniões morais substanciais disfarçadas de simples definições ou elucidações de significado; 2) *praticabilidade*: uma teoria ética não pode autorizar o seguinte tipo de reacção no fim de um debate moral: «*x* é errado, e depois?»; 3) *incompatibilidade*: uma teoria ética tem admitir desacordos morais genuínos; 4) *logicalidade*: uma teoria ética tem de admitir relações lógicas entre asserções morais; 5)

RECENSÕES

A teoria de Hare apresenta-se como uma forma de não-descriptivismo que, por oposição ao emotivismo, afirma que as asserções morais são governadas pela lógica — mais precisamente, afirma que a lógica que governa tais asserções é a «lógica das prescrições universais». Hare admite a possibilidade de surgir outra versão de não-descriptivismo racionalista, mas é exclusivamente do seu prescritivismo universal que se ocupa neste capítulo. Hare procura aqui mostrar como, afinal, o prescritivismo evita que se caia no relativismo: o elemento prescritivo do significado das asserções morais, por oposição ao seu significado descritivo, pode ser partilhado entre pessoas de culturas com costumes diferentes; como as pessoas de quaisquer culturas estão a prescrever quando fazem asserções morais (e a prescrever de uma forma universal partilhando essa parte do significado das suas asserções), o seu raciocínio está estrangido pelas propriedades lógicas formais daquilo que dizem, que são as mesmas independentemente do conteúdo das suas opiniões morais substanciais. Para Hare reside aqui a chave da objectividade na ética.

Pela sua concisão, refinamento filosófico e elegância literária, *Sorting Out Ethics* é a melhor maneira de aceder ao pensamento de Hare e, preenchendo o objectivo anunciado no prefácio, constitui seguramente um bom mapa do «labirinto moral» em que se move grande parte da ética filosófica contemporânea. O livro termina com uma bibliografia completa do autor, complementada com resumos dos seus artigos mais recentes. Arrisca-se a tornar-se a obra de referência de Hare.

Pedro Galvão
Sociedade Portuguesa de Filosofia
Av. da República, 37, 4.º
1050-187 Lisboa
galv@clix.pt